



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
 Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
 Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Norte de Minas  
 Pág: 1

|   |                    |
|---|--------------------|
| <b>PARECER TÉCNICO Nº 36/2006(SUPRAMNM)</b>   | <b>661961/2006</b> |
| Indexado ao(s) Processo(s) Nº:<br>03458/2001/001/2001   |                    |
| Tipo de processo:<br>Licenciamento Ambiental ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Auto de Infração ( ) |                    |

**1. Identificação:**

|   |  |
|---|--|
| Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo):<br><b>COMPEÇAS LTDA / COMPEÇAS LTDA.</b>   | CNPJ / CPF:<br><b>24.359.754/0001-09</b>   |
| Empreendimento (Nome Fantasia):<br><b>COMPEÇAS I.</b>   |  |
| Município:<br><b>TAIOBEIRAS.</b>  |  |
| Atividade predominante:<br><b>COM. VAREJISTAS DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES – EXCETO GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO.</b>  |  |
| Código da DN e Parâmetro:<br><br>Atividade.....: F-06-01-7 - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.<br><br>Capacidade de armazenagem.....: < 75 m³. |  |
| Porte do Empreendimento:<br><b>Pequeno ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Grande ( )</b>   | Potencial Poluidor:<br><b>Pequeno ( ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Grande ( )</b> |
| Classe do Empreendimento:<br><b>CLASSE – 2A/DN 01/90<br/>1/DN 74/2004</b>   |  |
| Fase do Empreendimento:<br><b>LICENCA DE OPERACAO EM CARÁTER CORRETIVO – (LOC)</b>  |  |
| Localizado em UC (Unidades de Conservação)?<br><br>( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não ( ) Sim⇒⇒  |  |
| Corpo D'água mais próximo: <b>CÓRREGO DO TOCÃO.</b><br>Bacia Hidrográfica Federal: <b>RIO PARDD.</b>  |  |

**2. Histórico:**

|  |   |  |
|--|---|--|
| Vistoria:<br><br>( ) Não ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim   | Relatório de Vistoria Nº:<br><b>004010/2003<br/>014069/2005<br/>014759/2006</b> | Data:<br><b>7-10-2003<br/>23-11-2005<br/>28-6-2006</b> |
| Notificações Emitidas Nº:<br><b>OFÍCIOS nº 151/2003, 246/2003 E 304/2005<br/>RELATIVO AO PEDIDO DE INFORMAÇÕES<br/>TÉCNICAS E CUSTOS DE ANÁLISE.</b> | Advertências Emitidas Nº:   | Multas Nº:   |

*PP*  
*Superintendente*



### 2.1 Descrição do histórico:

O Processo Administrativo nº 03458/2001/001/2001 da empresa **COMPEÇAS LTDA (COMPEÇAS I)**, referente à Licença de Operação em caráter Corretivo, foi formalizado na FEAM em 4-3-2004.

As vistorias técnicas para acompanhamento do referido processo foram realizadas em 10-2003, 23-11-2005 e 28-6-2006, sendo as informações solicitadas protocoladas em 22-1-2003, 7-2-2003, 12-6-2003, 30-8-2006, 18-9-2006, 23-10-2006 e 17-11-2006 na FEAM e SUPRAMNM.

### 3. Introdução:

O processo em análise trata-se da solicitação de Licença de Operação em caráter Corretivo (LOC) pela empresa **COMPEÇAS LTDA (COMPEÇAS I)**, cuja atividade principal é a revenda varejista de combustíveis automotivos derivados de petróleo, álcool e lubrificantes. O empreendimento se encontra instalado à Av. Contorno, 431 - Centro, zona urbana do município de Taiobeiras/MG.

O registro na FEAM teve início em 28-12-2001, através do preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE). Em 4-3-2004, o empreendedor formalizou seu processo licenciamento ambiental na FEAM, através da entrega da documentação exigida no referido Formulário de Orientação Básica (FOB), gerando assim o processo de licenciamento ambiental de nº 03458/2001/001/2001

Em 7-10-2003 foi realizada vistoria nas instalações da empresa pelo Técnico da NUCOM/FEAM, o qual determinou as seguintes adequações: fazer a reforma ou construir uma outra SAO exclusiva para área de lavagem de veículos.

Duas novas vistorias foram realizadas nas instalações do empreendimento pelos técnicos da SUPRAMNM, em 23-11-2005 e 28-6-2006, com o objetivo de verificar o cumprimento da legislação ambiental e subsidiar a análise do processo de licenciamento ambiental. Após as fiscalizações constatou-se que as adequações estavam sendo realizadas de forma integral face às exigências da DN 050/2001, Resolução CONAMA 273 e NBR 13.786/2005, sendo necessárias pequenas adequações como, a instalação das válvulas antitransbordamento, comprovação da destinação final adequada para os resíduos sólidos, implantação do sistema para tratamento para os efluentes líquidos sanitários, etc.

O Relatório de Controle Ambiental (RCA) e o Plano de Controle Ambiental (PCA) foram elaborados pela empresa Ambiental Petroclean Ltda, sendo o PCA de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Eletricista Osvaldo de Oliveira Aleixo Rodrigues, com registro no CREA/MG de nº 71834/D.

### 4. Discussão:

Para análise desse processo de licenciamento ambiental foram utilizadas informações apresentadas no Relatório de Controle Ambiental (RCA) e no Plano de Controle Ambiental (PCA), bem como nas vistorias técnicas e informações complementares solicitadas.

#### 4.1 – Avaliação do Diagnóstico Ambiental:

O diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento foi apresentado de maneira bastante sucinto no Relatório de Controle Ambiental (RCA). As vistorias e as seguidas solicitações de



informações complementares tiveram como objetivo complementar à análise técnica adequada da viabilidade ambiental do empreendimento, quanto a sua localização e propostas para um efetivo controle dos impactos ambientais gerados.

A empresa está operando de acordo com as determinações feitas pela DN 50/2001, Resolução CONAMA 273/2000 e NBR 13786/2005, com todas as obras já concluídas. A reforma incluiu toda a sua estrutura física como a troca dos tanques, de equipamentos da linha, bombas, SAO, canaletas na pista de abastecimento, entre outros, e contemplada em seu processo de LOC. O posto foi enquadrado como sendo de Classe-2 (num raio de 100 m em relação ao seu o seu entorno), segundo a norma técnica NBR 13.786/2005 e informações fornecidas pela empresa.

O posto de combustível encontra-se instalado em zona urbana do município de Taiobeiras, tendo em sua lateral esquerda e direita, Rua Januária e a Praça Tiradentes. Nos fundos e frente, Rua Rio Pardo e Av. do Contorno. O acesso principal ao empreendimento é pela Rodovia MG 404 (Salinas – Taiobeiras).

O empreendimento se localiza na Bacia Hidrográfica Federal do Rio Pardo, tendo como corpo d'água mais próximo o córrego Tocão, distante aproximadamente 4 km da empresa.

Foi anexado aos autos do processo, o Alvará de Licença para localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Taiobeiras de nº 000866/2007, com validade até 31-12-2007. O Certificado de Posto Revendedor expedido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) possui data da publicação de 26-9-2001 e número de autorização MG0017158. Em 1-2-2007, a empresa obteve o Certificado do Corpo de Bombeiros AVCB nº 18, com validade de 2 anos a partir da data de expedição, informando que o empreendimento estar em conformidade com as prescrições e legislação em vigor, que dispõem sobre Prevenção contra Incêndio e Pânico.

Não foram identificadas limitações técnicas e locacional que inviabilize ou impeça o licenciamento ambiental do empreendimento, desde que o mesmo concilie a sua atividade com a manutenção da qualidade do meio ambiente em que está inserida, através do monitoramento de todos os impactos ambientais e medidas mitigadoras implantadas.

O tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento Compeças Ltda (Compeças I), até a presente data, está de acordo com as Leis e regulamentos administrativos do município de Taiobeiras, conforme a legislação aplicável vigente. A Certidão da Prefeitura Municipal de Taiobeiras foi expedida em 29-8-2006.

#### **4.2 Caracterização do Empreendimento:**

A empresa **COMPEÇAS LTDA (COMPEÇAS I)** possui como atividade principal à revenda varejista de combustíveis automotivos derivados de petróleo e álcool, além de atividades paralelas ou de apoio como loja de conveniência, lavagem de veículos e troca de óleo.

O empreendimento em questão está em operação aproximadamente 30 anos, segundo o empreendedor, quando possuía parceria com a distribuidora de combustíveis Shell do Brasil S.A. Atualmente a empresa opera com bandeira Ale Combustíveis S.A. O posto ocupa uma área total de aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup>, sendo 780 m<sup>2</sup> de área construída, com uma capacidade de armazenamento de combustível de 60 m<sup>3</sup>, sendo um 01 tanque de diesel pleno com 30 m<sup>3</sup> e outro bicompartimentado com 20 m<sup>3</sup> de gasolina e 10 m<sup>3</sup> de álcool.



Os 02 tanques, conforme nota fiscal anexa aos autos, foram adquiridos em 11 e 18-5-2001 e instalados no mesmo ano. Os tanques são do tipo jaquetado (parede dupla), ou seja, parede interna de aço carbono e externa de fibra de vidro, fabricado segundo a NBR 13.312/2003. Em 25-9-2006 foram realizados os testes de estanqueidade nos referidos tanques e linhas de sucção, com a conclusão de totalmente estanques.

Além disso, foram instaladas câmaras de contenção (sump) nas bocas-de-visita e descargas de combustível. As bocas de descargas possuem sistemas de acoplamento do tipo selado e válvulas antitransbordamento. Constatou-se ainda a existência de uma unidade de filtragem de óleo diesel com câmara de contenção (sump), e um total de 04 bombas de combustíveis (3 de bico duplo e 1 simples) do tipo eletrônica comercial, dotadas de câmaras de contenção (sump) sob suas bases e válvulas de retenção (check valve) na prumada de sucção.

O sistema de armazenagem subterrâneo de combustíveis atende aos critérios estabelecidos pela NBR 13.786/05 por possuírem as seguintes características: tubulações em polietileno de alta densidade (PEAD) para as partes enterradas e aço-carbono para as partes aéreas. A empresa deverá comprovar adequação integral às exigências técnicas da NBR 13.786/05 para empreendimentos Classe-2, como condicionante à licença.

O projeto arquitetônico do posto revendedor compõe-se basicamente da área do SASC – 02 tanques subterrâneos, duas coberturas metálicas que abriga as duas pistas de abastecimento, uma edificação ao fundo onde se encontra o escritório administrativo, loja de conveniência. Um pouco mais afastado encontra-se a edificação da troca de óleo e lavador de veículos.

A pista de abastecimento é dotada de cobertura em estrutura metálica, com pé-direito em torno de 6 metros, sendo o piso em concreto polido e dotado de canaletas circundantes e localizadas na mesma direção da projeção da cobertura. Por sua vez, as canaletas conduzem os efluentes líquidos gerados na pista de abastecimento para uma caixa separadora de água e óleo – SAO. A área de descarga também possui piso de concreto e canaletas de drenagem, interligada a SAO, assim como as áreas de lavagem de veículos e troca de óleo. O empreendimento possui passeio público à sua frente e lateral, o qual foi implantado conforme projeto aprovado pela prefeitura local, cumprindo assim a exigência da Deliberação Normativa COPAM 050/2001.

O monitoramento dos estoques de combustíveis contidos nos tanques é do tipo manual, com medição do nível do produto através de régua graduada.

A FEAM solicitou uma investigação de passivo ambiental do empreendimento (1ª fase - VOC), sendo prontamente atendida pela empresa Ambiental Petroclean Ltda em Maio/2003, com a elaboração do Relatório de Pesquisas Expedida de Vapores Orgânicos no Solo (VOC) até a profundidade de 1,5m, concluindo pela continuidade dos estudos. Em 2-5-2005, a FEAM solicitou a realização da 2ª fase de investigação ambiental, com atenção especial para a análise de BTEX e HPA de solo e água subterrânea. Em Maio/2006, as empresas SEMSO Meio Ambiente e MANFER Serviços e Equipamentos para Postos de Abastecimento realizaram a investigação da 2ª fase (BTEX e HPA) e concluiu que os valores de concentração para tais parâmetros não indicavam a presença de nenhum composto acima dos limites de intervenção.

O posto possui uma mão-de-obra de 13 funcionários, trabalhando de Domingo a Domingo, 24 horas.



A água consumida nas atividades administrativas e operacionais do empreendimento é proveniente da COPASA. O posto possui energia elétrica proveniente da CEMIG, telefonia. O município de Taiobeiras não é servido por esgotamento sanitário público.

#### **4.3- Impactos Identificados:**

Considerando as informações prestadas no RCA/PCA e as informações complementares solicitadas em vistorias técnicas, constatou-se que as atividades desenvolvidas pela empresa geram diversos tipos de impactos ambientais durante a sua operação, tendo em vista que o empreendimento já se encontra em pleno funcionamento.

Os principais impactos ambientais gerados são a contaminação do solo e das águas subterrâneas, as emissões atmosféricas, a geração de resíduos sólidos, além do perigo de acidentes ocasionados por incêndios e/ou explosões. Discuti-se a seguir os impactos ambientais gerados no empreendimento durante a sua Operação:

##### **Resíduos sólidos:**

Os principais resíduos sólidos gerados no empreendimento são o lixo doméstico tais como, papel, papelão, toalhas descartáveis, etc., e os típicos do processo de operação do empreendimento tais como, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, aditivos e assemelhados, filtros de óleo/ar, estopa e papelão impregnado com óleos, resíduos gerados pela SAO, entre outros.

##### **Efluentes líquidos:**

Este tipo de impacto pode ter diversas origens como, vazamentos ou transbordamentos ocorridos durante a transferência do combustível do caminhão para o tanque de armazenamento, durante o abastecimento de veículos pelas bombas de combustível, pela deterioração dos equipamentos como tanques, bombas, tubulações e/ou junções, na ineficiência operacional do sistema separador de água e óleo – SAO, nas falhas operacionais, entre outros.

Esses efluentes ao atingirem o corpo d'água receptor causam a sua contaminação por benzeno, tolueno, xileno e etil-benzeno, elementos considerados cancerígenos e/ou tóxicos. Além disso, poderá vir a causar a diminuição da concentração de oxigênio dissolvido no curso d'água, ocasionando a mortandade da biota aquática e/ou terrestre.

Além disso, são gerados efluentes líquidos sanitários provenientes dos vestiários e instalações sanitárias utilizadas pelos empregados, clientes e visitantes ao posto.

E finalmente, as águas Pluviais que em contato com as áreas contaminadas por produtos derivados de petróleo podem gerar efluentes líquidos com igual potencial de toxicidade, daqueles produzidos nas atividades operacionais do empreendimento.

##### **Emissões atmosféricas:**

Os impactos associados às emissões atmosféricas são decorrentes, principalmente, dos vapores de combustíveis provenientes dos respiros dos tanques e das bocas de descarga, exalados durante as operações de descarga de combustíveis.



As emissões de ruídos no empreendimento são decorrentes do funcionamento dos equipamentos instalados no empreendimento; tais como as bombas de abastecimento, unidade de filtragem de óleo diesel, e da movimentação dos veículos no interior do posto.

#### 4.4- Medidas Mitigadoras:

##### Efluentes líquidos:

Para conter e/ou mitigar os efluentes líquidos gerados durante a operação do posto como, vazamentos, derramamentos e transbordamentos de combustíveis, durante a descarga do combustível do caminhão para o tanque de armazenamento, durante a manutenção e operação das bombas de abastecimento, entre outros, foram propostas diversas medidas de controle ambiental, procedimentos operacionais e de segurança para evitar contaminações tanto no solo quanto na água. Além dos referidos procedimentos, o empreendimento implantou sistemas de proteção e controle definidos pela NBR 13.786/05 para posto Classe-2, e que serão descritos a seguir:

- **Proteção contra derramamento/vazamento:** câmaras de contenção (sump) sob as unidades abastecedoras (bombas), câmara de contenção (sump) sob a unidade de filtragem de óleo diesel, câmara de contenção (sump) nas bocas-de-visita dos tanques, câmaras de contenção (sump) nas bocas-de-descarga dos tanques, válvulas de retenção junto à sucção das bombas, tubulações e conexões em PEAD para linhas enterradas, tanques jaquetados (parede dupla), canaletas de contenção na pista de abastecimento e interligadas a SAO, canaletas de contenção ao redor do SASC interligadas a SAO, canaletas de contenção no lavador de veículos e troca de óleo interligado a SAO, concretagem do piso das áreas expostas a riscos de derramamentos/vazamentos.

- **Proteção contra transbordamento:** descarga do tipo selada, válvula antitransbordamento.

Os efluentes líquidos gerados no empreendimento, conforme descrição acima, após passarem pelos sistemas separador de Água e Óleo – SAO's retêm a fração oleosa e os resíduos sólidos liberando o efluente tratado para um canal público de águas pluviais. A empresa deverá apresentar proposta para disposição final dos efluentes líquidos provenientes das SAO's e manter a observância da legislação vigente, para efeito de lançamento em corpos d'água e rede coletora, em especial a Deliberação Normativa COPAM nº 010/86.

O óleo lubrificante usado (óleo queimado) gerado durante a troca do mesmo está sendo armazenado em recipientes específicos (bambonas de plástico), na própria empresa e coletado pelas empresas PETROLUB INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES LTDA E LWART LIBRIFICANTES LTDA, segundo os Certificados de coleta apresentados.

O efluente líquido correspondente à fração oleosa gerada pelas SAO's é coletado pelas mesmas empresas que coletam o óleo usado (óleo queimado).

O esgoto sanitário está sendo disposto em uma fossa tipo sumidouro, sistema que é considerado inadequado. Porém, a empresa deverá apresentar projeto de sistema de tratamento adequado para tais efluentes, como condicionante à licença. O sistema de tratamento deverá atender aos padrões



ambientais estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM 010/86, uma vez que possui alta carga de matéria orgânica, sólidos em suspensão, etc.

Em função ao risco de contaminação ambiental ocasionada pelas águas pluviais, as demais áreas como, pista de abastecimento, SASC, troca de óleo e lavador de veículos foram isoladas por canaletas e interligadas as SAO's. Todas as áreas possuem cobertura metálica e a localização de seus sistemas de canaletas coincide com a respectiva cobertura.

O controle da eficiência do sistema de separação de água e óleo deverá atender às exigências definidas pela DN 010/86 e pelo Programa de Automonitoramento, detalhado no Anexo II.

#### **Resíduos sólidos:**

Os resíduos sólidos de natureza doméstica gerada no restaurante, escritório e sanitários (toalhas descartáveis, papéis, papelão, etc.) são recolhidos, acondicionados e enviados para o depósito de lixo municipal. Os resíduos sólidos típicos da operação do empreendimento tais como, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, aditivos e assemelhados, filtros de óleo/ar, estopas e papelões impregnados de óleo, os gerados pelo SAO, entre outros, e que são enquadrados pela NBR 10.004/2004 como "Resíduos Perigosos ou classe I" estão sendo acondicionados em bambonas de plásticos e recolhidos pela limpeza pública do município. Porém, a empresa deverá comprovar a destinação ambientalmente correta para tais resíduos, contemplando a Deliberação Normativa COPAM 07/81, como condicionante a licença ambiental.

#### **Emissão de gases na atmosfera:**

Prevê-se que a emissão de gases na atmosfera seja devidamente controlada pelas válvulas de contenção de vapores nos respiros dos tanques. Trata-se de dispositivos já implantados conforme documentação comprobatória anexada aos autos. As válvulas de contenção de vapores impedem a livre evaporação e emanação dos gases formados no interior dos tanques, quando os mesmos estão em repouso. Devendo ser revisadas anualmente, com o objetivo de manter suas características de desempenho asseguradas pelo fabricante, sendo este controle objeto do Programa de Automonitoramento descrito no Anexo II.

#### **Emissão de ruído:**

Sobre a emissão de ruídos devemos destacar principalmente os gerados pela movimentação de veículos e caminhões nos pátios de abastecimento, pelos equipamentos e motores instalados na área do empreendimento, destacando principalmente as bombas de abastecimento. A empresa não apresentou um laudo de avaliação do nível de ruídos, o qual deverá ser apresentado como condicionante à licença, segundo a Lei Estadual N° 10.100 de 17-1-1990. É importante ressaltar, que este tipo de impacto não se caracteriza como de grande potencial poluidor. Caso o NPS esteja acima do estabelecido por essa Lei, a empresa deverá apresentar proposta para mitigar este tipo de impacto.

#### **Outras medidas de controle:**

As medidas de controle descritas nos itens anteriores são em sua maioria referentes aos impactos gerados durante a operação principalmente dos equipamentos e sistemas de controle existentes nesse tipo de empreendimento.



Com relação aos riscos de acidentes decorrentes de falha humana/operacional (incêndio, explosões e derramamentos), estes deverão ser controlados através da capacitação técnica e treinamento dos funcionários envolvidos.

Consta do item 3.3 do PCA – "MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL, PREVENÇÃO DE INCIDENTES, PROGRAMA DE TREINAMENTO DO PESSOAL EM OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESPOSTA A INCIDENTES" elaborados pela Ambiental Petroclean Ltda.

No PCA apresentado e nas informações complementares solicitadas e apresentadas, a empresa propõe medidas de controle para os principais impactos ambientais gerados, os quais foram considerados adequados, porém, deverão ser complementadas como condicionantes à licença.

**5. Conclusão:**

Segundo as documentações constantes no processo de licenciamento ambiental e somadas as vistorias técnicas realizadas nos permitem afirmar que as medidas mitigadoras implantadas no geral foram adequadas, porém deverão ser complementadas, com a apresentação de novas medidas mitigadoras e um monitoramento adequado de todos os impactos ambientais.

Portanto, esse parecer é favorável à concessão da Licença de Operação em caráter Corretivo, para a unidade de revenda varejista de combustíveis automotivos derivados de petróleo e álcool da empresa **COMPEÇAS LTDA (COMPEÇAS I)**, localizada em zona urbana do município de Taiobeiras, mediante o cumprimento das condicionantes do anexo I e II.

**6. Parecer Conclusivo:**

Favorável: ( ) Não (  ) Sim

**7. Validade da licença:**

6 (seis) anos.



ANEXO I

|  |                    |
|--|--------------------|
| <b>PARECER TÉCNICO Nº 36/2006(SUPRAMNM)</b>  | <b>661961/2006</b> |
| Indexado ao(s) Processo(s) Nº:<br>003458/2001/001/2001                               |                    |
| Tipo de processo:<br>Licenciamento Ambiental ( <input checked="" type="checkbox"/> ) |                    |
| Auto de Infração ( <input type="checkbox"/> )  |                    |

3. Identificação:

|   |   |
|---|---|
| Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo):<br>COMPEÇAS LTDA / COMPEÇAS LTDA   | CNPJ / CPF:<br>24.359.754/0001-09   |
| Empreendimento (Nome Fantasia):<br>COMPEÇAS I.  |   |
| Município:<br>TAIOBEIRAS.   |   |
| Atividade predominante:<br>COM. VAREJISTAS DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES – EXCETO GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO.   |   |
| Código da DN e Parâmetro:<br>Atividade.....: F-06-01-7 - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.<br>Capacidade de armazenagem.....: < 75 m³. |   |
| Porte do Empreendimento:<br>Pequeno ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( <input type="checkbox"/> ) Grande ( <input type="checkbox"/> )  | Potencial Poluidor:<br>Pequeno ( <input type="checkbox"/> ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Grande ( <input type="checkbox"/> ) |
| Classe do Empreendimento:<br>CLASSE – 2A/DN 01/90<br>1/DN 74/2004   |   |
| Fase do Empreendimento:<br>LICENÇA DE OPERAÇÃO EM CARÁTER CORRETIVO – (LOC)   |   |

| Itens | Descrição da Condicionante  | Prazo (Dias) | Fase do Licenciamento |
|-------|---|--------------|-----------------------|
| 01    | Apresentar proposta de Implantação no empreendimento de um sistema de gerenciamento de todos resíduos sólidos, inclusive os resíduos sólidos considerados classe I (perigosos), segundo a NBR 10.004/87, como óleo usado, fração oleosa da SAO, embalagens, filtros de óleo/ar, estopas, borra e areia do SAO, resíduos da borracharia, o lodo biológico do sistema de tratamento do esgoto sanitário, entre outros. Além disso, a empresa deverá propor disposição final adequada para todos os resíduos sólidos. Cabe ressaltar, que as empresas deverão ter licença ambiental ou AAF para receber tais resíduos sólidos. | 60*          | LOC                   |
| 02    | Comprovar adequação integral às exigências técnicas da NBR 13.786/05, para empreendimentos Classe-2.  | 60*          | LOC                   |

*(Handwritten signatures)*



|    |   |                               |     |
|----|---|-------------------------------|-----|
| 03 | Apresentar laudo de avaliação do nível de pressão sonora (ruído), conforme a <u>Lei Estadual 10.100 de 17-1-1990</u> . Caso as emissões de ruídos estiverem acima do recomendado por essa Lei, a empresa deverá apresentar medidas mitigadoras para tratamento efetivo dessas emissões.                                     | 60*                           | LOC |
| 04 | Apresentar projeto de sistema de tratamento de esgoto sanitário, com memorial de cálculo, plantas e respectivo cronograma de implantação.   | 60*                           | LOC |
| 05 | Apresentar projeto para disposição final adequada da água tratada que sai das SAQ's.  | 60*                           | LOC |
| 06 | Comprovar a implementação do plano de treinamento dos frentistas e demais funcionários do empreendimento com base nas diretrizes dos Termos de Referência PC 004 - Treinamento Básico em Segurança e Meio Ambiente, PC 005 - Brigada de Incêndio e PC 006 - Plano de Atendimento a Emergências para Postos de Combustíveis. | 60*                           | LOC |
| 07 | Cumprir as diretrizes fixadas pela Agência Nacional do Petróleo, em especial a Portaria nº 116 de 05/07/2000, com ênfase nos assuntos pertinentes ao meio ambiente.   | Durante a vigência da Licença | LOC |
| 08 | Executar o Programa de Automonitoramento dos efluentes líquidos sanitários e do processo produtivo, das emissões atmosféricas (gases e ruídos), dos resíduos sólidos gerados, teste de estanqueidade, conforme definido pela SUPRAMNM no Anexo II.  | Durante a vigência da Licença | LOC |

(\*) Contado a partir da data de concessão da Licença de Operação Corretiva.



ANEXO II

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO  
COMPEÇAS LTDA (COMPEÇAS I).  
PROCESSO COPAM 03458/2001/001/2001

1. Vazamento de combustíveis:

- A cada 02 anos, o empreendedor deverá realizar teste de estanqueidade dos tanques e tubulações, de acordo com a norma técnica NBR nº 13.784/2006. Os certificados técnicos relatando a situação dos equipamentos deverão ser elaborados segundo a referida norma e enviados a SUPRAMNM, acompanhado da ART do Responsável pelos ensaios.

2. Efluentes líquidos:

| Local de amostragem  | Parâmetro  | Frequência |
|--|--|------------|
| Entrada e saída do sistema de caixa separadora de água e óleo. | pH, temperatura, vazão média, sólido em suspensão, sólido dissolvidos, Óleos e graxas, detergentes, DBO e DQO, fenóis. | Trimestral |
| Entrada e saída do sistema de tratamento de esgoto sanitário.  | pH, temperatura, vazão média, sólido em suspensão, sólido dissolvidos, Óleos e graxas, detergentes, DBO e DQO.         | Trimestral |

(\*) a primeira amostragem deverá ser realizada no prazo de 60 dias, a contar da operação do sistema de tratamento dos efluentes líquidos sanitários e industriais.

- Relatórios de análise: Enviar trimestralmente a SUPRAMNM, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas, e informar a produção industrial e número de empregados, no período. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.
- Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* APHA – AWWA, última edição.

3. Resíduos Sólidos e oleosos:

Deverão ser enviadas semestralmente a SUPRAMNM, planilhas mensais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações:

| Resíduo     |        | Taxa de geração no período | Transportador (nome, endereço, telefone) | Empresa receptora (nome, endereço e telefone) | Forma de disposição final (*) |
|-------------|--------|----------------------------|--|---|-------------------------------|
| Denominação | Origem |                            |  |   |                               |
|             |        |                            |  |   |                               |

(\*) 1 – Reutilização.



- 2 - Reciclagem.
- 3 - Aterro sanitário.
- 4 - Aterro industrial.
- 5 - Incineração.
- 6 - Co-processamento.
- 7 - Aplicação no solo.
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada).
- 9 - Outras (especificar).

- Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAMNM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas.
- As doações de resíduos deverão possuir anuência prévia do órgão ambiental.
- É proibida a destinação dos resíduos sólidos e oleosos, considerados como Resíduos Classe-1 segundo a NBR 10.004/87, em lixões, botafora e/ou aterros sanitários. Devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela Resolução CONAMA 09/93 em relação ao óleo lubrificante usado.
- O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados nas Classes 2 e 3 segundo a NBR 10.004/87, em especial a Deliberação Normativa COPAM nº 07/81, Resolução CONAMA nº 307/2002 e NBR 13896/97.
- Havendo no empreendimento a atividade de borracharia, deverá ser obedecido o disposto na Resolução CONAMA 258/99.

#### 4. Efluentes atmosféricos:

- Apresentar anualmente à SUPRAMNM, laudo de manutenção das válvulas de retenção de gases instaladas nos respiros dos tanques.

#### 5. Ruídos:

| Local de amostragem  | Parâmetro                 | Frequência (*) |
|--|---------------------------|----------------|
| Conforme estabelecido na Lei Estadual nº 10.100, de 17 de janeiro de 1990. | Medição da pressão sonora | Anual.*        |

(\*) a primeira amostragem deverá ser realizada no prazo de 60 dias, a contar da concessão da licença.

- Relatórios de amostragem: Enviar anualmente à SUPRAMNM, até 45 dias após a data de realização da amostragem, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas amostragens.

*PP*  
*Superintendente*  
*[Assinatura]*



**IMPORTANTE:**

- OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA DE AUTOMONITORIZAÇÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DA SUPRAMNM, FACE AO DESEMPENHO APRESENTADO PELOS SISTEMAS DE TRATAMENTOS;
- A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ITENS DESTES PROGRAMAS DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, EMITIDA PELO(S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO(S), DEVIDAMENTE HABILITADO(S);
- QUALQUER MUDANÇA PROMOVIDA NO EMPREENDIMENTO, QUE VENHA A ALTERAR A CONDIÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DAS INSTALAÇÕES E CAUSAR INTERFERÊNCIA NESTE PROGRAMA DEVERÁ SER PREVIAMENTE INFORMADA E APROVADA PELO ORGÃO AMBIENTAL.

**8. Data / Responsabilidade Técnica:**

|   |  |
|---|--|
| Data:   |  |
| 31-1-2007.  |  |
| Técnicos da SUPRAMNM:   | Assinatura / Carimbo:<br>Fabiano de Souza Rocha<br>Consultor Técnico<br>URC / COPAM NORTE        |
| Fabiano de Souza Rocha.   |  |
| Milton Fagundes de Oliveira Filho<br>Diretor Operacional da SUPRAMNM: | Assinatura / Carimbo:  |
| Hélio de Moraes Filho.<br>Superintendente:                            | Assinatura / Carimbo:  |
| Maria Cláudia Pinto.  | <br>Maria Cláudia Pinto<br>Superintendente Regional<br>Norte de Minas / SEMAD<br>Masp: 1084551-3 |